

Diário do Legislativo de 25/03/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado André PT
Quintão

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Sebastião Helvécio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Almir Paraca PT

Deputado Maria Tereza PT
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Sebastião Costa BPS

Deputada Padre PT
João

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputado Malheiros Délio BPS Vice-Presidente

Deputado Tosta Walter BSD

Deputado DEM

Deputado Pereira Gil PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Cruz Sávio Souza PMDB

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Ribeiro Silva Dalmo BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Jangrossi Vanderlei PP

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ângelo Durval PT Presidente

Deputado BSD

Deputado Genaro Antônio BPS

Deputado Miranda Vanderlei PMDB

Deputado Ruy Muniz DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Lara Maria Tereza PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Brandão Gláucia BPS

Deputado Abramo Gilberto PMDB

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria DEM Presidente
Lúcia Mendonça

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PT
Gomes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmol BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bráulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP

Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rêmolo BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente
Leite

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela BPS Presidente
Reis

Deputado Walter BSD Vice-Presidente
Tosta

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

Deputado André PT
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Rêmoló BSD
Aloise

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Braulio BSD
Braz

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Cecília PT
Ferramenta

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 4ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - pelos 40 Anos de sua Criação

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATA

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/3/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Ivair Nogueira - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Lançamento de selo - Palavras do Ministro Hélio Costa - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Ivair Nogueira - Maria Tereza Lara - Rosângela Reis - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Getúlio Neiva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - pelos 40 anos de sua criação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Senador Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações; Desembargador Reynaldo Ximenes, 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, representando o Presidente, Desembargador Sérgio Antônio de Resende; Vereador Fred Costa, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Deputado Luiz Tadeu Leite, Prefeito Municipal de Montes Claros; Fernando Miranda Gonçalves, Diretor dos Correios em Minas Gerais; e Deputados Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente desta Casa, e Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença, neste ato, dos Exmos. Srs. Senador Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras; Márcio Neves Penido, Presidente da Associação de Cegos Louis Braille; Marcos André Carneiro Naves, Presidente da Amirt; João Furtado D'Ávila, Diretor Regional dos Correios do Acre; Anibal Teixeira, ex-Ministro do Planejamento e Presidente do Instituto JK; ex-Deputado Federal Marcos Tito; Thiago Pereira, atleta medalhista olímpico; Felipe Marinho, atleta medalhista do Pan-Americano; Prof. Jaime Tolentino, Secretário de Esportes de Montes Claros; Cárclucio Gonçalves, Presidente do Sigemg e representante da Associação Brasileira da Indústria Gráfica - Regional Minas Gerais; Ademir Salvador Lopes, Presidente da Associação das Empresas Prestadoras de Serviços Postais do Estado de Minas Gerais - Abrapost -; Getúlio Gontijo de Amorim, assessor parlamentar do Instituto Estadual de Florestas; Sérgio Bruno Zech Coelho, Presidente do Minas Tênis Clube; Leonardo Motta, Diretor de Expansão do "Diário do Comércio"; da Exma. Sra. Beth Pimenta, Presidente do Conselho da Mulher e Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas - ACMinas -; dos Exmos. Srs. Wagner Sá, Presidente da Fundação ACMinas; Coroacy Nunes, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos; Pedro Magalhães, Diretor de Gestão de Pessoas dos Correios; Evaldo Genner de Fátima, Coordenador Institucional Norte Minas; da Exma. Sra. Maria Cristina Abreu, Diretora de Promoção de Responsabilidade Social, representando o ex-Deputado João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos; do Exmo. Sr. Ricardo Mattioli, coordenador do Projeto Paraolímpico; da Exma. Sra. Elizabeth, Diretora da Escola São Rafael; e do Exmo. Sr. Flávio Leroy, Prefeito Municipal de Esmeraldas.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo 1º-Sargento Leonardo de Lima da Silva, saxofonista da Academia Musical Orquestra Show, da Polícia Militar de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; meu amigo Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações; Desembargador Reynaldo Ximenes, 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, representando o Exmo. Sr. Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça; Vereador Fred Costa, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Luiz Tadeu Leite, Prefeito de Montes Claros; Fernando Miranda Gonçalves, Diretor dos Correios em Minas Gerais; Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa; senhoras e senhores; lideranças presentes; e meus colegas Deputados e Deputadas Estaduais, boa noite.

Meu caro amigo Presidente Alberto Pinto Coelho, inicialmente quero dividir a autoria dessa iniciativa com o Deputado que nos deixou por uma missão muito mais importante: a de ser Prefeito de Montes Claros. Digo isso porque essa iniciativa, no ano passado, foi de autoria do Deputado Luiz Tadeu Leite. Então quero dividi-la não só com você, Prefeito de Montes Claros, meu amigo e companheiro do PMDB, mas com todos os Deputados desta Casa, que a aprovaram por unanimidade. Em especial, quero dividi-la com a nossa Bancada do PMDB.

A história postal do Brasil está associada ao desenvolvimento do nosso país. Desde o período colonial, quando Pero Vaz de Caminha escreveu a primeira carta oficial, depois enviada ao Rei de Portugal, passando pelos períodos imperial e republicano, até os dias de hoje, a Empresa de Correios e Telégrafos comprova que está presente a cada passo que é dado pelo nosso gigantesco país. Em 40 anos de trajetória, os Correios são o símbolo de uma comunicação democrática. O serviço postal é para todos: ricos, pobres, crianças, adultos, moradores da cidade e do campo. Com eficiência, a empresa faz chegar aos lugares mais longínquos do Brasil a mensagem que alguém aguarda cheio de esperança. É a notícia urgente, um documento importante, uma encomenda, um cartão de feliz aniversário, votos de feliz Natal, próspero Ano Novo ou uma mensagem de consolo e uma palavra amiga em um momento de tristeza. Essa história de dedicação à comunicação começou há quatro décadas. No dia 20/3/69, uma lei determinou a criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Naquele momento, os setores produtivos no Brasil estavam em pleno desenvolvimento. Os Correios passam a mostrar que não existe distância e que qualquer trajeto pode ser percorrido. Já na década de 70, criam serviços para atender a empresas, medidas para agilizar a entrega em todas as Capitais, centros regionais, pequenas localidades e até fora do País. Os Correios rompem os obstáculos por terra e ganham o mar e o céu com suas operações internacionais. A excelência e a pontualidade na prestação de serviços têm dado aos Correios os primeiros lugares no quesito produtividade. Mérito reconhecido por famosos institutos internacionais de pesquisas e revistas nacionais especializadas. Seu trabalho social, em campanhas de incentivo ao aleitamento materno, recolhimento de doações para vítimas de calamidades, campanhas de preservação ambiental, projetos na área da educação, voluntariado, apoio ao Fome Zero, instalação de telecentros para levar a internet a todos os lugares, tudo isso faz a empresa conquistar o seu devido reconhecimento.

Em 2001, concretiza a meta de cobertura de 100% dos 5.561 Municípios brasileiros e, confirmando sua responsabilidade de promover a inclusão social, lança o Banco Postal. Não é por acaso que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos alcançou um feito inédito: o seu nome está em uma lista criada por uma respeitada organização com sede em Nova Iorque e publicada pela revista norte-americana "Forbes". Os Correios conquistaram ainda a primeira posição no quesito responsabilidade entre as empresas de correio de todo o mundo. Destaque no ramo de logística e, de todas as empresas brasileiras citadas na pesquisa, foi considerada uma das mais confiáveis. Entre os critérios de avaliação pesaram inovação, produtos e serviços, liderança, ambiente de trabalho, cidadania, gestão corporativa e desempenho. E não é tudo. Segundo levantamento do Ibope, os Correios aparecem entre as instituições que têm mais confiança da população: 91% de confiabilidade e credibilidade. Atribuo esse mérito ao trabalho do Ministro das Comunicações, Hélio Costa. Ele vem trazendo conquistas importantes para o nosso país, como inclusão digital, ampliação das rádios comunitárias e implantação da TV digital no Brasil.

Outro destaque a ser lembrado é o Serviço Postal Braille, realizado desde a década de 70, que, em 2007, passou por uma revolução. Naquele ano, aconteceu a criação da Central Braille dos Correios, com sede na Capital mineira. Com isso, Minas Gerais passou a ser referência, por abrigar o primeiro serviço de Correios com transcrição em braille no mundo. O trabalho da Central recebeu uma grande contribuição, no início

do ano passado, após a sanção da Lei Estadual nº 17.354, de minha autoria, que assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber demonstrativos de consumo de água, energia elétrica e telefonia em braille. Essas conquistas só foram possíveis graças ao criador do método que revolucionou a comunicação entre os deficientes visuais, Louis Braille. Por isso também é lançado nesta noite o selo comemorativo dos 200 anos do nascimento desse genial inventor, em homenagem solicitada pelo Vice-Presidente da Casa, Deputado Doutor Viana.

É preciso elogiar também as ações do Diretor da empresa em Minas, Fernando Miranda. Ele desempenha um trabalho importantíssimo de satisfação dos funcionários, por considerar que são eles os responsáveis pela qualidade dos serviços prestados. Quem contribui para tanto sucesso são os atendentes comerciais, os operadores de triagem e transbordo, os motoristas e os carteiros. Cada um desses personagens cumpre diariamente a missão dos Correios de facilitar as relações pessoais e empresariais. Só em Minas, são 11.500 funcionários. Para representá-los, quatro deles estão aqui nesta noite: Carlos Eduardo da Silva Marotta, Deícola Mendes da Silva Filho, Antônio de Melo Cardoso e Priscila Soares Braga. Quero enfatizar que boa parte do sucesso conquistado pelos Correios se deve a cada um dos trabalhadores desta empresa, cada funcionário que veste a camisa com orgulho e compromisso, cada carteiro, atendente, operador e motorista que tem ajudado a empresa a ter credibilidade e a despertar a confiança do povo brasileiro. É a eles que dedicamos as homenagens.

Por fim gostaria de fazer aqui uma justa homenagem ao nosso Ministro Hélio Costa. Se os Correios têm toda essa credibilidade hoje, é porque o Ministério das Comunicações tem feito por onde e o faz por meio de um mineiro dos mais respeitados, o nosso Ministro Hélio Costa. Há poucos dias, fiz uso desta tribuna para fazer elogios merecidos ao nosso Ministro Hélio Costa, falando da importância do Ministério das Comunicações e de o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter, no seu governo, uma pessoa que detém os conhecimentos da área de comunicação como o Ministro Hélio Costa. Os avanços que este país teve, foram citados em meu pronunciamento, e os que virão com certeza, nos próximos anos, devemos a esse mineiro, nosso Ministro Hélio Costa. Por isso, Ministro, quando os Correios são reconhecidos com 91% de credibilidade, volto a um passado bem recente em Santana dos Montes, próximo a Conselheiro Lafaiete. A comunidade não acreditava que poderia ter a presença de um Ministro em seu Município, mas V. Exa. Foi conferir de perto e inaugurar o Banco Postal, que hoje é o maior sucesso e revolucionou aquela comunidade. Foi uma iniciativa muito importante, porque os Municípios mineiros não tinham uma agência bancária em função de não compensar financeiramente manter uma naqueles pequenos Municípios. Por meio dos Correios, foi implantado o Banco Postal na maioria dos Municípios mineiros, o que fez com que as Prefeituras tivessem facilidade de fazer os pagamentos e evitassem vários roubos e assaltos que ocorriam quando os depósitos eram feitos em outras cidades.

Ministro, V. Exa. trouxe muitas coisas boas para Minas Gerais e para o País, como o Telecentro e a TV Digital, demonstrando que Minas tem uma parte importante hoje no governo Lula. Além disso, V. Exa. trouxe algo muito importante também para este Estado. O Deputado Alberto Pinto Coelho sempre o tem elogiado pela iniciativa de trazer o canal aberto para a TV Assembleia, para que as comunidades de Minas possam conhecer de perto o trabalho de cada Deputado e saber postular as suas reivindicações.

V. Exa. não sabe a importância que terá o canal aberto da TV Assembleia, uma parceria com os Municípios e as Câmaras Municipais. É por tudo isso que viemos trazer essa simples homenagem aos Correios e, principalmente, a V. Exa., que tem dado grande contribuição e revolucionado todo o sistema de comunicação. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, com o Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente desta Casa, e o Prefeito Luiz Tadeu Leite, farão a entrega ao Ministro Hélio Costa de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Desde que surgiu, no início dos anos 60 do passado século, como concretização da atividade renovadora de um poder público desejoso do desenvolvimento do País, a ECT tem desempenhado papel inestimável na vida da sociedade. Depois de consolidar-se como agente do governo, atuando na manutenção do bem-estar social, a empresa voltou seus olhos também para o âmbito cultural, contribuindo expressivamente para a preservação do patrimônio do Brasil. Sempre atenta às necessidades de seus clientes e em sintonia com os avanços tecnológicos, a empresa de correio mais respeitada do mundo faz-se presente, hoje, na vida de cada um dos brasileiros. A Assembleia de Minas congratula-se com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por seus 40 anos de existência e rende-lhe este justo preito".

- Procede-se à entrega da placa.

Lançamento de Selo

O locutor - Neste instante, anunciamos oficialmente o lançamento do selo dos 200 anos do nascimento de Louis Braille, por solicitação do Deputado Doutor Viana, e convidamos, neste ato, o Sr. Fernando Miranda Gonçalves, Diretor dos Correios em Minas Gerais, para conduzir esta parte da solenidade. Os Correios lançam o selo comemorativo dos 200 anos do nascimento de Louis Braille, criador do método que revolucionou a comunicação entre os deficientes visuais e possibilitou a criação da Central Braille dos Correios, em 2007, no Estado de Minas Gerais. Pioneiro no País e criado para atender às diretrizes de inclusão postal do Ministério das Comunicações, o serviço integra a política de responsabilidade social dos Correios e tem abrangência nacional.

Para realizar a primeira obliteração do selo, convidamos o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; para realizar a segunda obliteração do selo, convidamos o Ministro Hélio Costa; para realizar a terceira obliteração do selo, convidamos o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente desta Casa, com o Sr. Márcio Neves Penido, Presidente da Associação de Cegos Louis Braille; para realizar a quarta obliteração do selo, convidamos o Deputado Ivair Nogueira; para realizar a quinta obliteração do selo, convidamos o Deputado Luiz Tadeu Leite, Prefeito Municipal de Montes Claros.

- Procede-se às obliterações do selo.

Palavras do Ministro Hélio Costa

Quero, inicialmente, saudar meu querido amigo, Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da nossa Assembleia Legislativa, pela honra que nos dá por esta reunião, assim como o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nosso companheiro e amigo, Desembargador Reynaldo Ximenes, representando o seu Presidente, Desembargador Sérgio Resende; o Vereador Fred Costa, que representa a Câmara Municipal de Belo Horizonte; o meu querido amigo, ex-Deputado e agora Prefeito de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite, co-autor do requerimento desta homenagem à nossa empresa de Correios e Telégrafos; o meu querido amigo Fernando Miranda Gonçalves, nosso Diretor dos Correios de Minas Gerais, responsável por obras tão importantes, principalmente as sociais do nosso Estado; o Sr. 1º-Vice-Presidente da Assembleia

Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Doutor Viana; e os Deputados Ivair Nogueira, Luiz Tadeu Leite e demais Deputados co-autores do requerimento que deu origem a esta homenagem. Ao iniciar minhas palavras, faço duas homenagens muito especiais. Primeiramente, ao Felipe Marinho, medalhista pan-americano e deficiente visual, assentado nesta fileira, a quem solicito que se levante para que todos o vejam. Felipe é a expressão da dedicação, da vontade de vencer e da determinação. Campeão de natação e deficiente visual, prova para cada jovem que nos acompanha pela TV Assembleia, em qualquer lugar do nosso Estado, que tudo é possível quando se quer e se tem força de vontade. Parabéns, Felipe, parabéns a sua família e a todos que o apóiam, em especial a seus amigos dos Correios.

Também faço uma homenagem muito especial ao nosso grande e extraordinário campeão Thiago Pereira, que tanta honra deu a Minas Gerais e, em especial, à minha Barbacena e a Volta Redonda. Ele, que está aqui conosco, ganhou seis medalhas de ouro nos Jogos Pan-Americanos e tem sido um instrumento de inspiração no programa social de natação, que o Ministério das Comunicações criou dentro dos Correios e que já está formando mil crianças totalmente desamparadas, que nunca tiveram oportunidade de entrar em uma piscina. Esse programa social de natação, iniciado em Poços de Caldas e que continua em Barbacena, será lançado em Montes Claros pelo Prefeito Luiz Tadeu Leite amanhã. O Thiago é o padrinho do nosso programa desenhado para as crianças carentes que vivem na periferia das cidades de Minas Gerais. Espero que, um dia, com a presença do Presidente da Federação de Esportes Aquáticos, Coroacy Nunes, possamos levar esse programa a muitas outras cidades. Estamos fazendo o programa-piloto em Minas Gerais porque o Ministro é daqui, mas queremos ver esse programa no Brasil inteiro.

Rapidamente, faço algumas considerações sobre a nossa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Há exatamente três anos e meio, os Correios estavam vivendo uma das suas piores crises. Lamentavelmente, talvez em razão de falta de brasilidade e responsabilidade de um funcionário, os Correios sofreram uma enorme investigação e ficamos cerca de um ano e meio passando por uma das mais meticulosas CPIs do Congresso Nacional. Cheguei ao Ministério das Comunicações no momento em que a CPI era formada. Nossa maior preocupação durante todo esse procedimento correto, que apurou denúncias e puniu os responsáveis, era preservar a marca dos Correios, os funcionários dos Correios, a história dos Correios.

Na verdade, é uma empresa que tem mais de 100 anos de existência, com 110 mil empregados no País inteiro, e a única empresa presente em todos os Municípios brasileiros, ou seja, 5.464 Municípios brasileiros têm a presença dos Correios. Possivelmente não existe nenhuma outra instituição, empresa que tenha a presença garantida em cada Município brasileiro. Imaginem os senhores cuidar de 40 milhões de volumes e correspondência por dia! O que esses 110 mil empregados dos Correios fazem merece o aplauso do Brasil e do mundo. Por isso, recentemente, a empresa foi escolhida, em uma enquete feita no mundo inteiro, como a empresa de maior credibilidade e competência como empresa postal. Superou o correio americano, o correio inglês, o correio francês. De todos os correios que participaram, os Correios brasileiros foram o número 1. Já tínhamos muito antes a informação de que aqui no Brasil, por dois anos consecutivos, os Correios, participando de uma pesquisa realizada pela revista "Seleções", divulgada sempre no mês de setembro - e no ano passado, foi exatamente o mesmo -, os Correios ficaram em 1º lugar em credibilidade no País.

Tudo isso nos leva a este momento em que comemoramos esses 40 anos dos Correios. Com toda a tecnologia existente, no momento da convergência da banda larga, da internet e da TV Digital, tudo o que o mundo está fazendo neste momento caminha para a convergência digital, e nós ainda, no Brasil, temos na simples carta o principal instrumento de comunicação do brasileiro. Vejam que coisa fantástica! Ainda é a carta o instrumento que o brasileiro mais usa para se comunicar. E são os Correios que levam essa carta a cada lugar do território nacional, por isso vencem os seus competidores. Quando chegam as empresas poderosas de fora, que vêm disputar o território brasileiro, elas querem entregar os volumes nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, em Belo Horizonte, nas grandes Capitais e nas grandes cidades, mas não querem entregar a carta no Alto Jequitinhonha ou no meio da Floresta Amazônica. Quem faz isso são os Correios. Essa é a diferença.

Temos uma história. O Deputado Ivair Nogueira contou muito bem aqui a nossa história cronológica. Só para os senhores sentirem como é importante a participação do Brasil, em 1842 os ingleses criaram o primeiro selo, a primeira estampa, mas estabeleceram que quem pagava era quem recebia. Dois anos depois, o Brasil aderiu ao sistema da estampa, mas já estabeleceu que quem pagava era quem mandava a carta. Então, em 1844, o Brasil já tinha um correio que era respeitado internacionalmente. E caminhamos para ser essa grande empresa, que está realmente marcada pela presença principalmente dos nossos carteiros, de todos os funcionários dos Correios, mas sobretudo daqueles que vão vencendo a chuva, o cachorro do vizinho e as situações de perigo de chegar a determinados lugares para entregar uma correspondência. Esses carteiros são 60 mil no Brasil inteiro e merecem realmente o nosso aplauso e a nossa atenção.

Recentemente, com o Presidente dos Correios e com uma equipe técnica dos Correios, a convite do correio americano, participamos de um evento em Washington, na Capital, onde fizemos uma dissertação dos produtos dos Correios brasileiros para todos os Presidentes de correios do hemisfério, do Canadá até a Argentina.

Por que fomos convidados? Porque estamos passando a tecnologia postal para todo o hemisfério, em especial para a América Latina. Reestruturamos o correio da Argentina; prestamos assistência técnica ao correio do Chile, do Peru, do Uruguai, da Colômbia; neste momento temos técnicos neste país participando de eventos e ensinando tecnologia postal; temos convênio com a Venezuela e a Bolívia - todos os países da América do Sul têm convênio com os Correios brasileiros. Passamos para eles os produtos que inventamos, como o Sedex 10, que é um produto internacional, mas foi o Brasil que estabeleceu a forma como se entrega um documento ou um volume no dia seguinte, antes das 10 horas da manhã. Somente os Estados Unidos e o Brasil fazem isso. Estamos ensinando essa metodologia para os países latino-americanos. Temos ainda representantes participando hoje de eventos no Uruguai, dando aula de como fazer o serviço postal; temos uma universidade de serviços postais. Por essa razão, sentimo-nos tão engrandecidos no momento em que esse trabalho dos nossos funcionários é reconhecido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Banco Postal foi citado pelo Deputado Ivair Nogueira. O maior banco particular do Brasil tem 3.200 agências; o Banco Postal tem 7.800 agências. É, pois, o maior banco brasileiro hoje. Depois que assumimos o Ministério das Comunicações, começamos a colocar em marcha o programa de levar o Banco Postal a todas as pequenas cidades do Brasil. Em Minas, faltam apenas 43 dos 853 Municípios, para que todos tenham esse banco. Conseguiremos atingir todas as cidades até 31/8/2009. Vejam que coisa extraordinária: há quatro ou cinco anos, sentimos quando os bancos particulares foram saindo das pequenas cidades porque não conseguiam ter lucro, tendo em vista que cidades desse porte não comportam uma agência bancária. Os Correios viram exatamente essa possibilidade de ajudar as pequenas cidades levando agência bancária para dentro da agência dos Correios. É evidente que, com isso, conseguimos vencer uma situação tão típica no Brasil: muitos não entram em bancos porque têm medo, inclusive eu. Mas entrar em uma agência dos Correios todos entram. E lá há uma agência bancária. É por isso que temos quase 8 mil agências, contra 3.200 do maior banco privado do País.

Fiz essas observações porque, neste momento, por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estamos fazendo um projeto de modernização dos Correios. Hoje o Presidente autorizou o Ministro das Comunicações, a Ministra da Casa Civil, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento a pensarem nos Correios para os próximos 20 anos, meu caro Presidente Alberto Pinto Coelho. Estamos vivendo um momento de transição nos serviços postais, em que praticamente tudo o que era feito de forma analógica é feito eletronicamente, digitalmente. Estamos, assim, modernizando os Correios. Ao mesmo tempo, não perdemos a noção da importância do trabalho social. Por isso lembrei que o Fernando Miranda tem sido muito importante como nosso Diretor em Minas Gerais. Antigamente, antes da nossa administração no Ministério das Comunicações e da sua administração aqui no Estado, tudo o que os Correios usavam era vendido depois de velho.

Agora não vendemos mais. Os computadores ficam velhos, estão perfeitos e funcionando, mas não conseguem mais cumprir as missões modernas que os Correios exigem. Assim, pegamos esses computadores e os endereçamos às associações comunitárias e entidades sociais de classe. Todas as entidades sociais deste Estado, estão recebendo os nossos computadores usados. Essas mesmas entidades estão recebendo milhares de uniformes dos nossos funcionários, os quais ainda estão perfeitos, mas já perderam um pouquinho a cor, aqui e ali. Certamente

eles servem para abrigar um brasileiro ou mineiro que não tem condições de comprar um agasalho ou ter até mesmo uma camiseta um pouquinho mais nova. Então estamos fazendo o aproveitamento social de tudo aquilo usado nos Correios, e que antes simplesmente vendíamos. E vendíamos por um preço de banana, sendo que alguém acabaria por vender, mais à frente, por três ou quatro vezes mais. É muito mais importante fazer o trabalho social.

Lembro também, como observações finais da minha fala, que, nesse selo que acabamos de firmar aqui, selo dos 200 anos de Louis Braille, demos, mais uma vez, o exemplo do que os Correios têm feito para o Brasil inteiro. Na agência de Belo Horizonte, foi criado o primeiro serviço de atendimento braille para o Brasil inteiro. Essa é a agência do Brasil que recebe uma carta que vem de qualquer ponto do território nacional. Depois ela é mandada para um endereço específico dentro da agência de Belo Horizonte, e aqui é colocada no método braille e enviada para o destinatário final. Na verdade esse serviço, feito pioneiramente na agência de Belo Horizonte e criado na nossa administração, já recebeu elogios no mundo inteiro. Essa é a visão de que os Correios devem atender a todos. Tem de haver universalização desses serviços.

Também queria fazer uma menção especial, porque os Correios não se esquecem da sua missão de formar jovens, como citei anteriormente, com a presença do Thiago e do Felipe. A empresa Correios é a patrocinadora oficial da natação brasileira. O que fazemos? Ao contrário de outras empresas estatais, os correios - diga-se de passagem -, não fazem propaganda e publicidade do que investem no esporte. Os Correios investem no jovem, investem naquele que vai brilhar lá fora, levantar a bandeira do Brasil, como fizeram o Thiago Pereira e o Felipe. Não estamos esperando publicidade dos Correios. Queremos o nome do Brasil lá fora, com essa bandeira levantada. Por isso patrocinamos a natação, que, na verdade, tem um futuro. Quando criamos esse programa social, partimos da idéia de que, se encontramos um Ronaldinho Gaúcho em uma favela de Porto Alegre, evidentemente também encontraremos, em um bairro pobre de Belo Horizonte, um futuro campeão de natação, se Deus quiser. É assim que queremos proceder. Por isso fico tão especialmente feliz.

Só não fui avisado que receberia uma placa e seria homenageado com palavras tão bonitas pelo Ivair Nogueira. Se soubesse disso com antecipação, não deixaria que acontecesse, porque esta festa é dos Correios. Esta festa é toda, inteira, dos meus companheiros e amigos dos Correios, os quais merecem o nosso aplauso, o nosso abraço por essa empresa maravilhosa. É muito importante, Dr. Ximenes e meu caro Tadeu, lembrar isso aqui. Estamos no Ministério das Comunicações há três anos e meio. No nosso segundo ano no Ministério das Comunicações, pela primeira vez em 20 anos, os Correios deram lucro, e neste ano, pela segunda vez, pelo segundo ano consecutivo, os Correios deram lucro. Há dois anos, era um peso nas costas do governo. Mas agora os Correios estão sendo modernizados e dando lucros.

Se Deus quiser, com a modernização que virá, poderemos ser melhores ainda, pagar melhor os nossos funcionários e abrir mais espaço para os nossos homens e mulheres que trabalham, que vestem essa camisa que me deixa tão honrado. Aliás, diga-se de passagem, só a camisa da Seleção Brasileira compara-se à glória de ter um amarelinho tão bonito, como essa que vocês saem pela rua. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação do Coral Vozes de Minas, dos Correios, que está completando 15 anos de uma trajetória de sucessos e nos brindará com a execução das músicas "Tourdion - moteto", de autoria anônima; "Besame", de Flávio Venturini; e "ECT", de Marisa Monte, Nando Reis e Carlinhos Brown, sob a regência do Prof. Dr. Sérgio Canedo.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Ministro das Comunicações, dileto amigo Senador Hélio Costa; 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, também dileto amigo, Desembargador Reynaldo Ximenes, representando o Exmo. Presidente, Desembargador Sérgio Antônio de Resende; Vereador Fred Costa, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Prefeito de Montes Claros, ex-Deputado Estadual, Luiz Tadeu Leite; Diretor dos Correios de Minas Gerais, da mesma forma dileto amigo, Fernando Miranda Gonçalves; meu caro companheiro de Parlamento e 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Doutor Viana; e ilustre Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta significativa homenagem; boa noite.

Durante a fala do Ministro, estive refletindo sobre a importância da comunicação, nobre missão dos Correios. A sua mercadoria principal é propiciar a aproximação das pessoas e, da mesma forma, o nosso mister, do Parlamento, vem de "parlare", ou seja, o nosso instrumento é a comunicação verbalizada pela palavra na defesa das idéias e, depois, traduzida de maneira imperativa na força das leis. E como são importantes as leis para qualquer sociedade. A nossa missão é muito nobre, é de intensa responsabilidade, como também o é essa nobre missão dos Correios. Certamente, na minha fala, posso incorrer em alguma repetição do que já foi dito, mas são fatos marcantes que vale a pena serem repetidos.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma instituição que merece todo o nosso respeito, pelos relevantes serviços que presta à sociedade e pela eficiência e qualidade que caracterizam sua atuação. É também uma instituição que, por circunstâncias históricas e por sua importância para as atividades sociais e econômicas, tem seu desenvolvimento estreitamente vinculado ao desenvolvimento do País.

Foi por meio de uma carta, em 1º/5/1500, que Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, comunicou ao rei português D. Manuel o descobrimento da Terra de Vera Cruz. A Carta de Caminha, considerada a certidão de nascimento do Brasil, prenunciava, assim, o serviço postal no País. A chegada da família real, em 1808, foi outro acontecimento no qual se confundem as duas histórias: enquanto o Brasil se beneficiava, política e economicamente, da presença de D. João VI, os Correios fortaleciam-se com a instituição do Primeiro Regulamento Postal. Também marcante nessa trajetória foi a nossa independência. Uma carta da Corte exigindo a anulação da Assembleia Nacional Constituinte e a volta imediata de D. Pedro I a Portugal tornou-se, em 7/9/1822, o pivô do grito do Ipiranga, o grito da autonomia política do Brasil. A esses episódios, simbólicos, seguiram-se muitos outros que associam a presença dos Correios ao desenvolvimento brasileiro, principalmente quando seus serviços se expandiram à população de todas as regiões do País, tornando-se indispensáveis à integração nacional. Mas a história dessa notável instituição ganhou caráter revolucionário quando, há 40 anos, o antigo Departamento de Correios e Telégrafos deu lugar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vinculada ao Ministério das Comunicações. Modernizando-se a cada dia para atender às demandas dos usuários, a empresa cresceu em eficiência e passou a oferecer uma variada gama de produtos e serviços, principalmente nos ramos postal e telegráfico. Sua atuação hoje não se restringe às funções de origem. Os Correios consolidaram-se como um dos principais agentes da ação social do governo, por meio do transporte de doações em casos de calamidade, do transporte de urnas eletrônicas em épocas de eleição, da oferta de serviços financeiros em cidades desprovidas de agências bancárias, da promoção de ações culturais, ambientais e muitas outras voltadas para a qualidade de vida da população. Merece destaque especial entre tais serviços a distribuição dos livros didáticos às escolas públicas. A entrada da empresa nessa tarefa resolveu um antigo problema do governo: fazer os livros chegarem ao seu destino. Com a experiência e a capilaridade que lhe são peculiares, os Correios entregaram, neste ano, 103 milhões de livros a todas as escolas públicas dos 5.564 Municípios brasileiros, com inteira pontualidade. A façanha rendeu à instituição um prêmio internacional, considerado o Oscar da logística. Esse prêmio é apenas mais um entre muitos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos vem recebendo - do governo, da imprensa e de outras instituições da sociedade -, relativos à pontualidade, à produtividade e à excelência de seus serviços. Ressalte-se também, como serviço de alcance social da empresa, o projeto Papai Noel dos Correios, que possibilita a milhões de crianças de comunidades carentes expressar o que desejam ganhar no Natal e a outros milhões de adultos praticar um ato de solidariedade. A Assembleia Legislativa integrou-se com entusiasmo a essa campanha, intermediando a recepção das cartas e dos presentes e repassando-os aos Correios. Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a instituição que homenageamos se situa hoje entre as que têm maior credibilidade junto à população

brasileira. O reconhecimento vem também de fora: no "ranking" da revista norte-americana "Forbes", é a empresa de correio mais respeitada do mundo. Devemos mencionar ainda, nesta oportunidade, que Minas tem motivos especiais para comemorar os 40 anos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A regional mineira detém o melhor índice de desempenho operacional do País desde junho de 2007, além de ocupar a liderança em superação de metas. Outro motivo de orgulho para o Estado é a implantação, em Barbacena, da mais nova Central de Atendimento dos Correios, preparada para atender, simultaneamente, a 280 clientes em todo o País. A expectativa é alcançar mais de 400 mil atendimentos por mês. Ressalte-se também, nesse empreendimento, o aspecto da geração de emprego e renda, pois a Central vai funcionar, em sua totalidade, com mão-de-obra própria, envolvendo cerca de 400 novos postos de trabalho. Ainda no campo do comprometimento social, Minas abriga, desde outubro de 2007, a Central Braille dos Correios, que oferece a transcrição de mensagens da escrita comum para o braille e vice-versa. Teremos, a propósito, nesta solenidade, o lançamento do selo comemorativo dos 200 anos de nascimento de Louis Braille, o notável francês que, cego desde criança, criou o alfabeto que possibilita a prática da leitura às pessoas com deficiência visual.

Cumprimentamos, nas pessoas do Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, e do Diretor da empresa em Minas Gerais, Fernando Miranda Gonçalves, que imprimem gestão condizente com a tradição de excelência, a todos aqueles que, nas ruas, nos departamentos administrativos, nos setores de desenvolvimento tecnológico e nos postos de comando fizeram e continuam fazendo dos Correios uma instituição imprescindível na vida de todos nós. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 23, às 9 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/3/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003. (Faixa constitucional). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 2º do art. 24 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, a que se refere o art. 1º da Proposição 18.876.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA . (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 3º do art. 20-I da Lei nº 6.763, de 26/12/75, a que se refere o art. 1º da Proposição 18.877.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé - de - moleque produzido no Município de Piranguinho. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços

Municipais de Gestão Ambiental. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, nº 15.464, nº 15.465, nº 15.466 e nº 15.467, de 13/1/2005, e nº 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET - . (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. (Urgência) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta,

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.002/2009, do Deputado Célio Moreira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.727/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.740/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.415/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.903 e 2.952/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.998/2009, do Deputado Eros Biondini.

Requerimento nº 3.464/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.961, 2.964, 2.965 e 2.967/2009, do Governador do Estado; 3.038/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.041/2009, do Deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 3.415/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.449/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.454/2009, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.467/2009, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.177/2008, do Governador do Estado; e 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.445 a 3.448/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.471/2009, da Comissão de Direitos Humanos; e 3.471/2009, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apresentação dos estudos e das possibilidades de implementação das 50 propostas aprovadas por todos os segmentos sociais envolvidos na atividade de mineração, no seminário legislativo "Minas de Minas", realizado nesta Casa, no período de 9 a 12/6/2008.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.976/2007, do Deputado Padre João; 3.008 e 3.057/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.055/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.807/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.970/2009, do Deputado Almir Paraca; 2.978/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.982/2009, do Deputado Antônio Júlio; 2.942/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.954/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.957/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.990/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 2.995/2009, do Deputado Wander Borges; 2.999/2009, do Deputado Eros Biondini; 3.016/2009, do Deputado André Quintão; 3.019/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.022/2009, do Deputado Elmiro Nascimento.

Requerimentos nºs 3.450 e 3.451/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.461/2009, do Deputado Chico Uejo; 3.473/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.937/2008, do Deputado Wander Borges; 2.946/2008, do Deputado Roberto Carvalho; e 3.006/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 3.443/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.468/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.460/2009, do Deputado Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 25/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.456/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz; 3.475/2009, do Deputado Neider Moreira; 3.477, 3.478 e 3.479/2009, da Deputada Ana Maria Resende; e 3.480/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: ouvir o Sr. Diogo Prosdociimi, Superintendente de Controle Interno de Outorgas da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop -, que prestará esclarecimentos sobre a outorga do Aeroporto Regional da Zona da Mata.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 25/3/2009, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental; 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003; 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, nº 15.464, nº 15.465, nº 15.466 e nº 15.467, de 13/1/2005, e nº 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social; 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz; 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé; 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75; 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé - de - moleque produzido no Município de Piranguinho; e 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes; 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica; 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado; e 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.945/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Delvito Alves, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do São Bento e Vizinhança – AASFASBEV –, com sede no Município de Dores do Indaiá.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.945/2008 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do São Bento e Vizinhança, com sede no Município de Dores do Indaiá, que tem como finalidade primordial defender os interesses econômicos e sociais desse segmento.

Assim, trabalha pelo desenvolvimento da agricultura e pecuária por meio de integração com outras entidades facilitadoras do acesso aos órgãos técnicos governamentais e financeiros, visando à aquisição de maquinários e implementos a serem utilizados no aumento da produção. Ademais, estimula a proteção ao meio ambiente por meio de campanhas educativas e projetos de recuperação ambiental.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.945/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de março de 2009.

Chico Uejo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.038/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Handebol de Pará de Minas - Hand-Pará -, com sede no Município de Pará de Minas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.038/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Handebol de Pará de Minas, entidade de caráter desportivo, cultural e social, sem fins lucrativos, que tem como objetivo incentivar o esporte amador na modalidade de handebol.

Para tanto, promove atividades esportivas, visando à integração social e melhoria da qualidade de vida de seus associados, e procura, dentro do processo de cooperação e confraternização, desenvolver ações no campo da assistência social, saúde, educação, cultura e lazer.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.038/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 23 de março de 2009.

Gláucia Brandão, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.041/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Inácio Franco, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Gil Futebol Clube, com sede no Município de Desterro de Entre-Rios.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.041/2009 pretende declarar de utilidade pública o Gil Futebol Clube, com sede no Município de Desterro de Entre-Rios, que possui como finalidade precípua proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, dedicando-se especialmente ao futebol, mas podendo praticar ou competir em todas as modalidades esportivas amadoristas.

Além das atividades esportivas, implementa ações na área da cultura, promove eventos sociais e presta serviços diversos à comunidade.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.041/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de março de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.889/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.889/2008, de autoria do Deputado Tiago Ulisses, que declara de utilidade pública a Associação Terra das Águas – S/C, com sede no Município de São Lourenço, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.889/2008

Declara de utilidade pública a Associação Terra das Águas – S/C, com sede no Município de São Lourenço.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Terra das Águas – S/C, com sede no Município de São Lourenço.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ana Maria Resende - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.904/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.904/2008, de autoria do Deputado Inácio Franco, que declara de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental – Arpa –, com sede no Município de Bom Despacho, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.904/2008

Declara de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental-3 – Arpa-III –, com sede no Município de Bom Despacho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental-3 – Arpa-III –, com sede no Município de Bom Despacho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Dimas Fabiano - Ronaldo Magalhães.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

17ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 18/3/2009

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados - um agradecimento muito especial ao Deputado Gustavo Valadares por ter cedido a ordem de preferência. Cumprimento o público presente em nossas galerias, os servidores da Casa, a TV Assembleia e os nossos telespectadores. Primeiramente, quero fazer uma homenagem muito especial a todos os catadores de material reciclável, que, durante todo o dia de hoje, fazem mobilização em defesa da categoria. Os catadores de papel estão vivendo um momento de grande dificuldade, confirmando a tese de que, no momento de crise, os poderosos, a elite, os donos do poder econômico jogam a conta em cima dos mais pobres e necessitados.

Em sua manifestação, os catadores de papel têm demonstrado com muita clareza que o produto que é fruto do trabalho deles, a coleta seletiva de lixo, teve queda vertiginosa do preço do mercado, o que é fruto da especulação daqueles que têm uma ganância muito grande.

Os catadores de papel estão vivendo um momento difícil, o preço do produto caiu, e isso tem dificultado a vida de muitas famílias. Aachamos importante reforçar a luta de todas as organizações e cooperativas de catadores de papel. Hoje, catadores de mais de 60 cidades estão em Belo Horizonte, já se reuniram com o Presidente da Assembleia, com o Banco do Brasil e com o Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais para mostrar a importância da defesa da categoria.

Aachamos também fundamental convencer e fazer um apelo a todas as Prefeituras e Prefeitos Municipais para que façam a implementação imediata da Lei de Resíduos Sólidos, aprovada nesta Casa em 2009. E fazer uma conclamação ao governo do Estado e às Prefeituras para que compreendam que a função social do catador de papel é de fundamental importância. Assim como há as grandes empreiteiras que fazem a coleta de lixo nas ruas de nossa cidade, e compreendemos que isso tem uma função pública fundamental, temos que compreender também que a cooperativa de catador de papel, esse homem ou mulher do povo que faz a coleta seletiva, a coleta do material reciclável, tem um papel e uma função pública essenciais e deve ser remunerada por essa tarefa. Implementar uma política de remuneração para os catadores de papel é uma questão emergencial que precisa ser implantada no nosso Estado e em nossos Municípios.

O Presidente Lula já deu o primeiro passo quando aprovou no ano passado uma legislação federal que dispensa licitação: a contratação de cooperativas de coleta de material reciclável. Hoje, qualquer Prefeito ou Prefeita que queira fazer justiça a essa categoria pode, sem dúvida alguma, colocar essas cooperativas de catadores de material reciclável como função essencial do poder público e remunerar esse trabalho, que defende o meio ambiente, é moderno e essencial. O que seria da sociedade moderna hoje se não fossem essas cooperativas de catadores de material reciclado!

Portanto, fica aqui o nosso registro e a nossa solidariedade, parabenizando o Deputado André Quintão, que está acompanhando de perto a luta de todos os catadores de papel do Estado.

Por fim, Sr. Presidente, quero abordar um tema também de fundamental importância para o meio ambiente. Na semana passada, o governo de Minas Gerais anunciou um programa chamado Linha Azul da Copasa. Aliás, tem feito uma intensa propaganda nos meios de comunicação. Esse é um programa de interligação dos dois principais sistemas de abastecimento de água da RMBH, ou seja, visa a interligar o Sistema Rio das Velhas com o Sistema Paraopeba, para que um compense o outro em momentos de manutenção ou de sobrecarga. Referendamos e defendemos esse programa da Copasa em parceria com o governo do Estado, que é da ordem de R\$160.000.000,00. Acreditamos ser muito

importante. Todavia, queremos fazer uma reflexão. A Copasa ainda está em dívida com o povo do Estado, especialmente com Contagem. Na semana passada, a Prefeita Marília Campos esteve na Assembleia, para uma entrevista coletiva com a imprensa, para relatar um fato de extrema gravidade que ocorre hoje na cidade.

Senhoras e senhores, Contagem tem um convênio com a Copasa de 100 anos de concessão da exploração de água e esgoto. Aliás, esse convênio já completou 40 anos de existência e faltam mais 60 anos para o seu término. Não há precedente algum na história de um convênio com prazo de validade tão extenso como esse, firmado entre a Prefeitura de Contagem e a Copasa. Há algo mais grave, Deputado Carlos Pimenta. Essa empresa, por meio desse convênio, arrecada, em média, R\$10.000.000,00 por mês em Contagem pela prestação do serviço. Todo serviço em Contagem é isento de pagamento de qualquer tributo, ou seja, não paga ISS nem nada. Contagem tem mais de 608 mil habitantes. Tudo que a Copasa-MG arrecada por meio desse convênio de 100 anos é isento de qualquer tributação.

Há algo mais interessante. Quando foi elaborado esse convênio, Contagem premiou a Copasa, à época, com um dos maiores reservatórios de água potável da Região Metropolitana, que é a Várzea das Flores. A Lagoa Várzea das Flores é uma das maiores reservas de água potável utilizada pela Copasa. Isso foi um presente de Contagem para essa empresa. Hoje o reservatório de Várzea das Flores responde por 15% do abastecimento da RMBH. Quer dizer, 15% do abastecimento da RMBH vem do reservatório da Várzea das Flores, que está numa região estratégica tão fundamental que é o menor custo operacional de todos os outros reservatórios da Região Metropolitana.

Pois bem. Essa é a contribuição que Contagem dá para a Copasa. Qual é a contrapartida que essa empresa oferece aos nossos Municípios? Estamos lá vivendo uma situação inusitada.

Em 2001, foi feito acordo com a Copasa para a realização de obras de saneamento em diversos córregos que passam por Contagem e são os principais afluentes da Lagoa da Pampulha. Esse entendimento gerou um contrato em 2004 que previa a liberação de R\$115.000.000,00 para as obras de saneamento, mas, Deputado Getúlio Neiva, houve omissão quanto a um aspecto fundamental: não havia cláusula prevendo o realinhamento automático. Todo contrato deve conter a previsão de reajustamento, de acordo com a variação da moeda, do custo da obra, a mudança estrutural do projeto. Isso é muito comum. O que ocorre em Contagem hoje? O dinheiro liberado em 2004, com valores de 2001, obviamente não foi suficiente para concluir as obras, que estão em andamento. No nosso entendimento, está na hora de a Copasa retribuir o Município de Contagem, que tanto ajuda essa empresa, fazendo o realinhamento dos preços do contrato de 2004, algo em torno de R\$35.000.000,00, para fazer o que foi previsto, mais R\$60.000.000,00, para concluir todo o processo de tratamento do esgoto da região. Como disse anteriormente, as obras repercutirão de forma muito objetiva na Lagoa da Pampulha. Não adianta fazer o tratamento da lagoa se os seus principais afluentes encontram-se em Contagem. Tratar o esgoto, fazer saneamento básico em Contagem é a única maneira possível de salvar a Lagoa da Pampulha, patrimônio cultural e arquitetônico, cartão postal de Belo Horizonte. Mas a lagoa só será verdadeiramente saneada e limpa se os córregos e a rede de esgoto de Contagem forem devidamente tratados.

Não podemos admitir que, em pleno século XXI, a 2ª maior cidade de Minas Gerais, Contagem, ainda não tenha a universalidade do saneamento básico e do tratamento de esgoto. De que adianta essa empresa pública, patrimônio do povo mineiro, que teve grande lucro nos últimos anos, não destinar esse ganho a melhoria da qualidade dos serviços prestados? É de fundamental importância defender essa empresa pública, que é dos mineiros, mas ela precisa aproximar-se da comunidade, mostrar verdadeiramente a sua função social, que se materializa quando os dividendos são investidos em obras essenciais, como essa de conclusão do tratamento de toda a rede de esgoto de Contagem. Essa é uma referência fundamental. Precisamos fazer apelo à Prefeita Marília Campos, que já teve a oportunidade de reunir-se com a direção da Copasa e com o Vice-Governador Anastasia. Temos a convicção de que haverá uma saída para essa situação.

É uma questão de justiça social. É fundamental que a Copasa dê tratamento diferenciado a Contagem. Um tratamento diferenciado não como privilégio, mas como uma retribuição justa àquilo que Contagem deu à empresa. Retribuir tanto do ponto de vista desse convênio, que é, no mínimo, esdrúxulo, em razão do prazo de validade de 100 anos, quanto em reconhecimento ao povo de Contagem, uma parcela expressiva do povo de Minas Gerais.

Então, queria concluir dizendo que sou favorável à Linha Azul, que está sendo anunciada. Mas quero também que a Copasa, ao mesmo tempo em que estiver fazendo as obras da Linha Azul, faça também as obras que Contagem precisa e clama. Temos convicção de que essa é a melhor maneira de a Copasa ajudar Minas a sair da crise. Temos visto em todo o mundo que o papel das empresas estatais pode ser decisivo na retirada do País e do Estado da grave crise econômica que nos atinge. Então, conclamo a Copasa a fazer esses investimentos. Em vez de o dinheiro ir para o bolso dos seus acionistas, tem que ir para as obras que a cidade e o povo de Minas Gerais tanto precisam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Deputados, perdoem-me o atraso no momento da fala, mas estávamos ali recebendo o Secretário Gustavo Corrêa. Hoje de manhã estive na Secretaria aguardando uma hora e meia para falar com o nosso Secretário, agora à tarde aguardarei mais uma hora e meia, mas ele veio aqui conversar conosco.

Meu caro Presidente, neste espaço gostaria de fazer uma peroração, um pedido, um apelo, uma súplica, talvez, se necessário for, para que nosso Governador, já que não temos acesso às decisões da Presidência da República, estude com o Secretário de Fazenda a possibilidade de agregar ao repasse do ICMS dos Municípios mineiros, nos próximos meses, aqueles valores que foram retirados da receita bruta do Estado em virtude de diferimentos de prazos e, sobretudo, em função da concessão de prazos às empresas no segundo semestre do ano passado, tendo em conta a crise.

Ficou aquela coisa engraçada do cobertor curto. Atendeu aos empresários, esticou o prazo do pagamento do ICMS e descobriu o corpo dos Prefeitos do nosso Estado. E as receitas próprias caíram de forma considerável, muito mais que a queda natural dos seis pontos percentuais do PIB de Minas Gerais no último trimestre do ano passado e no primeiro trimestre deste ano. Diferentemente, o repasse do ICMS aos Municípios caiu em torno de 37% no mês de fevereiro.

Em janeiro já havia caído muito mais do que isso. Esses diferimentos oferecidos pelo Estado como compensação às empresas para que suportassem a crise econômico-financeira que se abate sobre o mundo, com reflexo em Minas Gerais, foram muito bem empregados. O governo realmente agiu na hora certa, tentou melhorar a situação das empresas para enfrentar o desemprego em Minas; no entanto, as Prefeituras do interior estão sendo obrigadas a demitir pessoas, especialmente as contratadas, em função da queda violenta no repasse dos recursos. A tentativa seria fazer uma conta - não estou falando em economia nem cálculo racional - para tentar manter o repasse do ICMS mais ou menos nos mesmos níveis que vinham sendo praticados em outubro, novembro e dezembro, para que as Prefeituras, com os novos Prefeitos, sobretudo os que estão chegando agora, possam suportar a carga dos salários dos servidores municipais.

Estamos vendo, meu caro colega, eterno Prefeito de Sabará, nosso grande Deputado Líder do PSB, que as Prefeituras não estão suportando um decréscimo na receita do ICMS da ordem de 37% em janeiro e fevereiro deste ano. Não suportarão esse decréscimo também em março, se não houver uma compensação por parte do governo do Estado, num estudo, é claro, que deve ser feito pela Secretaria de Fazenda, tentando aumentar os repasses nos próximos meses, mesmo que haja uma compensação a partir do segundo semestre. Os atuais Prefeitos, sobretudo os reeleitos, estão encrencados, não têm saída, terão de demitir. Já há demissão em grande número no interior de Minas Gerais. Resolvemos o

problema dos empregados das empresas, mas esse diferimento do ICMS, esse não-pagamento, essa postergação, estão gerando desemprego nas pequenas cidades do interior de Minas Gerais. Isso é muito perigoso.

É preciso que haja por parte do Estado essa compreensão ou que se crie uma alíquota provisória de compensação de 1% ou mais 2% do total do ICMS arrecadado para repartir com as Prefeituras, enquanto a crise durar. Ela será debelada com certeza, no Brasil com muito mais tranquilidade, em vista de a nossa economia ser um pouquinho mais independente que a dos demais países do mundo e em função do poder que o Brasil tem na sua infra-estrutura, na sua produção agrícola, na exportação de carnes, sobretudo no nosso potencial agroindustrial, que nos dá suporte e possibilita que um país como o Brasil resista melhor a essa crise internacional. Enquanto os bons ventos não sopram por parte dos Estados Unidos, que são a locomotiva do consumo do mundo inteiro, enquanto os americanos não começam a comprar mais e a gastar mais, é preciso que aqui sejamos criativos para encontrar soluções.

Defendo, da mesma forma, embora não tenha mais interferência, por não ser mais Deputado Federal e estarmos juntos aqui, que o governo federal refaça as suas contas, reveja os seus projetos e olhe com carinho para as Prefeituras. Há algumas que tiveram decréscimo da ordem de 40% no Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Além disso, vem o INSS e come mais 6%, em virtude das dívidas atrasadas dos ex-Prefeitos. O resultado é que as prefeituras estão em processo de falência novamente.

O Deputado Wander Borges (em aparte)* - Para colaborar com sua fala, quero dizer que há uma questão muito séria que diz respeito à redução do IPI, pois ele, juntamente com o Imposto de Renda, compõe o FPM. Então, conseqüentemente, essa redução afetou diretamente o caixa das Prefeituras. Esse conjunto de situações tem levado os Municípios a repensar o seu papel, o que é um dado preocupante. Por exemplo, algumas Prefeituras perderam mais de 20% de sua arrecadação nos meses de janeiro e fevereiro. Estão com o orçamento de 2008 aprovado e projetam uma situação de crescimento linear, não geométrico, mas isso tem que ser repensado. Entre os menos avisados, há aqueles que estão fazendo o cálculo de receita entre a média arrecadada em janeiro e em fevereiro, jogando isso para 12 meses, o que não acontecerá. Conseqüentemente, nosso recado é que guardem o 13º salário do servidor público municipal para, ao chegar o final do ano, não ouvirmos a mesma ladainha: não há dinheiro para pagar o servidor municipal. Esse conjunto de fatores precisa ser reavaliado dentro da fala de V. Exa. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado, Deputado Wander Borges, municipalista convicto, que conhece Prefeitura como ninguém. Estamos falando aqui a mesma linguagem: a linguagem do Prefeito do interior, que é obrigado a assumir praticamente 80% dos serviços públicos de seu Município, enquanto o Estado e a União comparecem com, no máximo, 20% para a solução dos problemas da população. Ao Prefeito e aos Vereadores são entregues praticamente 80% de todos os problemas de cada Município. E, onde o Prefeito não funciona, vira aquela desgraçeira. Mas existe ainda um outro problema: uma similaridade entre o que V. Exa. fala sobre o FPM, que é composto pelo IPI e pelo Imposto de Renda, e a redução do IPI, que causa impacto negativo imediato na Prefeitura. Aqui em Minas a dilatação de prazo para o pagamento do ICMS operou o mesmo processo junto às Prefeituras. E o pior, como disse V. Exa., é o fato de os Orçamentos feitos projetarem um crescimento de 5%, 6% ou 8% para o próximo ano. A média de Minas era mais de 6% acima da média nacional, portanto nosso Estado estava crescendo, e isso induzia os Prefeitos a acreditar no Orçamento colocado em votação para ser executado em 2009.

Temos um outro grave problema: o repasse a ser feito todo dia 20 de cada mês para as Câmaras Municipais está-se baseando no Orçamento de 2009, e haverá uma defasagem de 25% a 30%. Ao chegar ao final do ano, a Prefeitura estará quebrada e não repassará o dinheiro da Câmara, o que causará problemas, pois, sem esse repasse, haverá a possibilidade de sequestro dos recursos da Prefeitura. A situação só tende a piorar. Quando falamos nesse assunto, nós que fomos Prefeitos temos convicção, pois sabemos como a máquina funciona. Se o Estado e o governo federal não mudarem seu comportamento para ajudar os Prefeitos a sair dessa situação trancada, teremos problemas muito graves no segundo semestre. Nesse semestre, já estamos assistindo ao desemprego crescente em todos os Municípios menores, e com algumas dificuldades. Hoje mesmo estava conversando com o Prefeito de Nanuque, que me falou de sua necessidade de reduzir a folha, uma vez que seus rendimentos não eram suficientes para pagá-la. Entretanto, isso é impossível, uma vez que tem que manter a saúde, a educação etc. Disse-me então: "Estou em uma situação difícil, como resolverei isso?". O Prefeito de Bandeira veio aqui e me mostrou sua arrecadação total de ICMS e FPM, e o total não deu para pagar a folha e fazer o repasse para a Câmara. O que fazer? Ficar sem obras, sem limpar a rua, sem coletar o lixo?

A situação é dramática. Talvez não tenhamos percebido que a crise no Brasil, se não foi tão forte como na Ásia, Europa e Estados Unidos, foi forte para o poder público municipal. Embora na Grande Belo Horizonte, em São Paulo, o índice de desemprego tenha aumentado pouco percentualmente, nos Municípios a situação é alarmante. É preciso que nós, Deputados - Deputado Carlos Pimenta, Deputado Wander Borges, enfim, todos os presentes a esta discussão -, sensibilizemos o governo a fim de ele fazer a sua parte: tentar manter uma regularidade do repasse do ICMS, mesmo que isso não condiga com a realidade.

O ideal seria chamar os Prefeitos para um convênio, para que se faça uma média ponderada do repasse do ICMS ao longo do ano, para que os Prefeitos tenham certeza de que haverá um orçamento para ser realizado e que possam programar o repasse. Ora, também sugerir ao Tribunal de Contas do Estado que encaminhe aos Prefeitos uma orientação para não fazerem o repasse às Câmaras sem que eles, os Prefeitos, conversem com elas, para reduzir o valor do orçamento porque, se passar pelo valor do orçamento, as Prefeituras terão problemas graves. Não tenho nada contra o repasse. O repasse para as Câmaras é obrigatório e tem de ser feito até o dia 20 de cada mês. A Câmara só tem direito a esse dinheiro, mas é uma realidade nova, diferenciada, uma realidade que não vivemos há muitos anos no Brasil. Não é deflação, não é recessão, não é estagnação econômica, não é estagnação, mistura de inflação com estagnação. É um momento diferenciado em que a receita pública caiu em função do desejo dos governantes, tanto do Presidente Lula como do Governador Aécio, de dar suporte às empresas para reduzir aquele desemprego em massa que se poderia prever em setembro, outubro e novembro do ano passado.

Meus caros Deputados e Deputadas, a minha preocupação com os Prefeitos é muito grande porque nós, que trabalhamos no interior, que vivemos no interior, sabemos que lá o desemprego é muito mais perigoso do que na Capital. Na Capital o setor de serviços às vezes cobre a deficiência da indústria. Quando a indústria desemprega, o cidadão busca um outro emprego no setor terciário. No interior, existe praticamente um só emprego. A Prefeitura, quase sempre, é a fonte de receita da metade das famílias. E isso é perigoso. Vamos, então, ter de ampliar substancialmente o Bolsa-Família. Em vez de ser R\$36,00, aumentar para R\$500,00, R\$600,00. E será que o caixa do Tesouro agüentará isso? Então, a situação é dramática, o momento é difícil. Os Municípios estão vivendo uma situação inusitada, diferenciada, situação que não se viu neste país nos últimos 20 anos.

Então, há necessidade de haver criatividade, sobretudo coragem, para dar aos Municípios de Minas Gerais a tranquilidade que eles precisam nos próximos meses, mas sobretudo para o ano de 2009, mesmo se conseguirmos debelar a crise e voltar a crescer, precisamos dar aos Municípios uma certa segurança, uma certa garantia. É preciso apresentar as coisas bem claras, embora o próprio governo venha aceitando a idéia de que o crescimento deste ano seja apenas de 1,5%, o que significa a metade da taxa de crescimento da população, o que significa que estamos crescendo a metade daquilo que deveríamos crescer. Na verdade, os economistas já apresentam projeções que vão de 0,59 positivo para 0,29 negativo. Então, a situação é dramática, pode piorar.

E vai aqui o nosso apelo ao Secretário de Fazenda e ao Governador Aécio Neves: que façam a sua parte. E um recado para os nossos colegas Deputados Federais: que também façam, no nível federal, a sua parte para dar aos Municípios de Minas uma certa tranquilidade de que a receita será mais ou menos igual ao longo do ano, para se fazer uma projeção de orçamento que não venha a criar problemas ainda mais difíceis para nós, Deputados, ajudarmos os Prefeitos a resolver. Muito obrigado, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes, imprensa aqui reunida, povo de Minas Gerais, escutei atentamente o pronunciamento do Deputado Getúlio Neiva. Sua preocupação é a mesma que hoje toma conta praticamente de todos os Municípios, de todos os gestores públicos do nosso Estado.

Nesta semana tivemos oportunidade de participar de um encontro convocado pelo Secretário de Saúde, Dr. Marcus Pestana, que ocorreu no Minascentro, cuja abertura foi realizada há dois dias. Nesse encontro houve nada mais, nada menos do que a presença maciça de mais de 450 Prefeitos mineiros, que participaram dessa convocação, desse convite do Secretário.

Na oportunidade, encontrei muitos Prefeitos. Uns permaneceram - e ainda permanecem - em Belo Horizonte. A preocupação é uma só: eles não sabem o que fazer para administrarem seus Municípios. Parte dos serviços públicos do Município estão praticamente comprometidos. Estamos vendo alguns Municípios dispensando funcionários, principalmente os contratados, que não têm estabilidade. Outras prefeituras, para enxugar a máquina, diminuíram o número de secretarias. Muitos Prefeitos cortaram até mesmo pequenos serviços, estão diminuindo o expediente, cortando o cafezinho, controlando a conta de telefone e o número de viagens. Enfim, vemos que as Prefeituras mineiras passam por um período de recessão, e as dificuldades que enfrentam se refletem na prestação de serviços à comunidade. Com muita reserva, observamos tudo o que está acontecendo. É necessário que as autoridades, os governantes, sobretudo os Governadores e o Presidente da República, dêem uma palavra de apoio neste momento difícil, pois vemos que o caos administrativo está se instalando em todo o País.

Fiquei muito satisfeito ao ver na reunião da saúde, no Minascentro, antes de ontem, que Minas está de certa maneira preparando-se para manter pelo menos os serviços essenciais. O Governador Aécio Neves, por intermédio do Secretário Marcus Pestana, deu-nos uma boa notícia, apesar da crise que está acometendo o País. Ou seja, mesmo sabendo do comprometimento de suas receitas nos primeiros dois meses de 2009, quando ocorreram reduções significativas, já que o Estado perdeu cerca de R\$400.000.000,00 das receitas em relação ao ano passado, o Governador está se preparando para enfrentar a crise. Está preparado para executar o Orçamento apresentado e votado no ano passado, e certamente não está contando com um superávit orçamentário para este ano, pelo menos nos primeiros meses. Então, mesmo com essa perda violenta, o Governador Aécio Neves autoriza a Secretaria de Saúde, o Secretário Marcus Pestana, a apresentar três programas essenciais, que vão manter a qualidade dos serviços públicos de saúde. Isso trará um pouco mais de alento, paz e tranquilidade aos gestores mineiros.

O primeiro programa, caro Weliton, é o Saúde em Casa. O governo do Estado, entendendo que o Programa Saúde da Família é o melhor deste país - e Minas Gerais possui o melhor programa de saúde pública do Brasil -, complementa-o com o programa Saúde em Casa, repassando recursos mensalmente a cada equipe, a fim de se ampliarem as contratações e melhorarem as condições para que ele chegue, efetivamente, a todas as residências dos Municípios mineiros.

O governo autorizou, está apresentando a sua programação, em que pretende construir, ainda este ano, 600 unidades básicas de saúde, variando de R\$270.000,00 cada uma até R\$847.000,00 nas cidades maiores, com maior número de equipes do Saúde da Família. Essas unidades começarão a ter os seus repasses ainda no mês de junho ou, no mais tardar, em agosto deste ano. Há previsão de se terminar o programa até dezembro.

Além de melhorar o atendimento à população e proporcionar às equipes do Saúde da Família um local melhor para atender aos usuários do SUS, 600 construções, são R\$190.000.000,00 a serem injetados na economia mineira, gerando milhares de empregos em cada Município para a construção dessas unidades de saúde.

Fico muito feliz, porque o governo Aécio Neves sai da retórica. Em vez de ficar lamentando as perdas, colocando culpa na política internacional dos Estados Unidos, da Europa ou da Ásia, o governo de Minas sai efetivamente para a prática e anuncia um programa dessa envergadura, dessa grandeza, quando beneficiará 600 Municípios mineiros, injetando R\$190.000.000,00 na economia do nosso Estado.

Outro programa anunciado pelo Governador Aécio Neves, por intermédio do Secretário Marcus Pestana, meu caro Deputado Domingos Sávio - V. Exa. que é uma das pessoas que está à frente desse processo e ainda há pouco participou conosco de uma reunião com o Secretário de Saúde e esteve presente no Minascentro -, é o programa Farmácia de Minas. Serão construídas 600 unidades. Cada Município construirá sua pequena farmácia e terá todos os equipamentos de informática necessários para fazer o aproveitamento racional dos medicamentos. O Prefeito terá um controle rigoroso do estoque. Saberá quanto e quais são os medicamentos que chegam e os que são entregues à população gratuitamente. Cada Município terá a sua Farmácia de Minas, com recursos da ordem de R\$75.000,00 cada uma, para construção e equipamento.

Mais importante é que serão repassados também a cada Município recursos de R\$1.200,00 por mês, para que o Prefeito possa complementar o salário do farmacêutico. Veja bem a amplitude de um programa dessa natureza. Estamos falando da contratação de, no mínimo, 5 mil funcionários, entre os quais 600 farmacêuticos, pessoas com curso superior que serão obrigadas a estar no Município para assinar autorizando a saída de medicamentos e para melhor controle deles. Nessas 600 unidades, nesses 600 Municípios, serão aplicados mais de R\$50.000.000,00.

O terceiro programa do Governador Aécio Neves, anunciado também pelo Secretário Marcus Pestana, é o apoio sistemático aos consórcios intermunicipais. Cada grupo de Municípios que se reunir em consórcio terá à disposição, dependendo do número de habitantes de cada consórcio, de R\$180.000,00 a R\$250.000,00 para adquirirem equipamentos. Estamos falando da aquisição de um ultra-som, de um aparelho de endoscopia ou de raios-X, enfim, da construção de laboratórios microrregionais. Estamos vendo que isso também é um avanço muito grande.

Isso para não falar do programa de urgência e emergência que já está sendo implantado pioneiramente no Norte de Minas, pelo qual todos os Municípios norte-mineiros, sem exceção, receberão uma unidade do Sistema de Atendimento Médico de Urgência - Samu. Todo Município recebeu uma UTI móvel, toda equipada, e treinamento de 10 agentes de saúde, paramédicos, que promoverão o atendimento de urgência e emergência nos 88 Municípios norte-mineiros.

Montes Claros é referência terciária. A Santa Casa, o Hospital Haroldo Tourinho e o Hospital Universitário receberam recursos e estão sendo preparados para ser referência terciária. Oito cidades regionais importantes, sede de microrregiões, como Januária, no Alto e no Médio São Francisco, Pirapora, Salinas, Bocaiúva, Janaúba, Brasília de Minas e São Francisco, serão referências secundárias. Seus hospitais também estão recebendo investimentos. Além disso, cada Município terá, para atendimento primário, uma equipe do Samu, que poderá ser acionada pelo telefone 192, mundialmente conhecido. As pessoas que necessitarem de atendimento de urgência poderão ligar para esse número e receber o Samu em sua casa, a fim de obterem o atendimento inicial em seu Município, de onde poderão ser encaminhados para uma das oito microrregiões ou para a cidade de Montes Claros.

Estamos falando de um programa de urgência e emergência, de um programa de atendimento básico, de um programa de construção, de um programa de farmácia, de um programa de consórcio, que aperfeiçoará cada vez mais o SUS de Minas Gerais.

Estou feliz com essas informações obtidas do Secretário Marcus Pestana, além de muito otimista, em que pese às crises norte-americana, asiática e europeia, que devastam a economia mundial, com uma demanda de investimentos de mais de US\$15.000.000.000,00. Enquanto isso, Minas se prepara cada vez mais para ser um Estado-exceção, no qual não se fica chorando e lamuriando. Estamos efetivamente

preparados para trabalhar a fim de diminuir o estigma, a imagem ruim que o cidadão brasileiro tem do SUS, que, na verdade, é o único sistema de saúde que atende às pessoas pobres, às pessoas carentes. Nem todos podem pagar por um plano de saúde ou por um tratamento particular. A grande massa da população brasileira precisa do SUS, e Minas está mostrando que esse sistema pode ser viável, desde que os governos estaduais e municipais também invistam na complementação de recursos para o SUS.

Na tarde desta quarta-feira, trago meus cumprimentos ao nosso Governador Aécio Neves, que, espero, um dia esteja à frente dos destinos deste país. Mais uma vez, repito, o PDT convidou Aécio Neves para disputar as eleições presidenciais pelo partido, mostrando que está às ordens de nosso Governador para que ele venha a ser o nosso Presidente da República. Muito menos pela questão partidária, mas muito mais pelo reconhecimento do trabalho do Governador, espero que ele um dia tenha a chance de ser candidato a Presidente da República. Com certeza, se tiver essa oportunidade, ganhará as eleições.

Termino, Sr. Presidente, deixando nossos cumprimentos ao Governador Aécio Neves, assim como à eficiente equipe do Secretário Marcus Pestana, que está fazendo um trabalho vigoroso e fantástico junto à saúde pública, mostrando que, enquanto muitos choram, reclamam e jogam a culpa sobre a crise mundial, Minas trabalha, não em silêncio, mas mostrando que é um Estado eficiente e preparado para enfrentar todas as adversidades. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, caros Deputados, demais cidadãos que se encontram na Casa do povo mineiro ou que nos acompanham pela TV Assembleia, quero inicialmente, na mesma linha de pensamento do Deputado Carlos Pimenta, referir-me às questões da saúde.

Um tema que quero abordar mais profundamente adiante é a situação dos cafeicultores na agricultura. No entanto, a saúde é um tema permanente, uma obrigação permanente dos que estão na vida pública. De fato, os desafios são muitos. Muito mais que ficar nos lamentando pelos cantos ou simplesmente assumindo uma postura crítica, temos de fazer da nossa capacidade de criticar a capacidade de construir soluções e trabalhar para, efetivamente, melhorar o atendimento à nossa população e transformar o sonho, a utopia do Sistema Único de Saúde num sistema universal, que atenda a todo ser humano com qualidade e dignidade, e que haja controle social, em que a população possa acompanhar, com transparência, a aplicação do dinheiro público. Que esse sonho seja uma realidade e que esse princípio constitucional, talvez o mais vigoroso da Constituição de 1988, seja fruto da busca de uma democracia que se consolidou em práticas de cidadania, "vide" a Constituição cidadã. Não tenho dúvidas de que o SUS se fortaleceu, nasceu desses princípios e está em construção. É importante que tenhamos uma crítica a respeito dele, mas não uma crítica daqueles que simplesmente jogam pedra, e não apresentam soluções.

Estamos vivendo um governo, em Minas, que apresenta soluções e faz parcerias com o Município, mantendo o princípio da municipalização. É exatamente nesse ponto que temos de assistir, de forma mais direta, o paciente, com a compreensão de que é preciso haver uma parceria, uma organização do sistema para alguns atendimentos que não podem ser feitos em cada um dos 853 Municípios de Minas Gerais. É importante, por exemplo, a existência dos consórcios de saúde, não só na teoria. Também é importante que esses consórcios sejam fortalecidos para que dêem suporte aos atendimentos, pelo menos, de média complexidade. Quanto aos exames mais complicados e a alguns atendimentos, até mesmo cirúrgicos, existem consórcios como o Consórcio do Alto São Francisco - Cisasf -, que mantém um hospital. A soma de esforços de vários pequenos Municípios também mantém um hospital em Moema, com a realização de um número expressivo de cirurgias por mês, talvez até maior que o de muitos hospitais de nível e de porte médio. Além disso, esses consórcios contarão com o chamado transporte solidário, para que o paciente que precisa se deslocar de uma cidade para outra, para fazer um exame ou uma consulta especializada, tenha um transporte digno. Aliás, estamos cuidando para que esse atendimento chegue a todas as regiões do Estado. Como representante do Campo das Vertentes, do Centro-Oeste mineiro e do Sudoeste, estou atento a cada consórcio. O Cisasf, do Alto São Francisco, e o Cisvi, de Divinópolis, já estão se credenciando para fazer parceria com o governo do Estado e receber, cada um 12 microônibus e um caminhão para a coleta de lixo hospitalar. Continuaremos dando o nosso apoio para que ações como essas, desenvolvidas com seriedade pelo Governador Aécio Neves e pela equipe do Secretário Marcus Pestana, cheguem a todo o Estado.

Outra importante decisão foi a do programa Farmácia de Minas, que já busca, neste primeiro momento, chegar a 650 pequenas cidades. As cidades médias e grandes, praticamente todas elas, já têm alguma farmácia municipal ou farmácias de programas federais, mas, nas pequenas cidades, às vezes ainda falta algum medicamento básico para uma criança, um idoso ou um diabético. Dessa forma, é importante, além do atendimento médico, termos condição de dar esse atendimento na farmácia, porque a grande maioria da nossa população não consegue comprar os medicamentos. Enfim, os esforços são grandes, e devemos ampliá-los.

Uma das ações necessárias, e que depende do Congresso Nacional - que sabe disso, mas ainda não agiu com firmeza -, é regulamentar a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, que estabelece com clareza o que pode ser chamado de investimento em saúde. Já temos uma emenda em que se diz que a saúde tem de receber do Município, 15%; do Estado, 12%; e do governo federal também um percentual fixo, da ordem de 10%. Mas nela não se deixa claro o que é de fato o investimento em saúde. Agora, ao ser transformada em emenda, essa proposta de emenda federal dirá com clareza o que é investimento em saúde. Isso significa, de imediato, muitos milhões em recursos a mais investidos pelo governo federal, que ainda não investe totalmente o que a Constituição determina, assim como não o faz a maioria dos Estados - as prefeituras já investem, mas tanto os Estados quanto a Federação ainda não investem tudo o que precisa ser investido em saúde pública.

Estaremos nessa luta, sem nos esquecer das nossas obrigações objetivas com cada cidade em que atuamos. Vou me referir agora a todo o centro-oeste mineiro e, de modo especial, a Divinópolis. Tenho lutado praticamente desde o dia em que cheguei a esta Casa para que o atendimento em saúde naquela região seja melhorado. Graças a Deus, já conseguimos grandes avanços, com o apoio do Governador Aécio Neves. Conseguimos, por exemplo, dobrar o volume de recursos para o Hospital do Câncer, em Divinópolis. Dos aproximadamente R\$3.500.000,00 que recebia ao ano, passamos para R\$7.200.000,00 anuais de recursos específicos para o atendimento em oncologia, quimioterapia, clínica e cirurgia oncológicas. Ou seja, conseguimos dobrar os recursos; e isso há pouco mais de um ano, após uma luta intensa, em que procuramos mostrar aqui o sofrimento daquela população. Repito que a população não é só a de Divinópolis; o hospital é do centro-oeste mineiro e recebe gente de outras regiões e, às vezes, até de outros Estados, que ali recebem um dos tratamentos mais eficazes para o combate a essa doença terrível, que tem de ser enfrentada quanto antes.

Além desse trabalho, damos o nosso apoio ao Hospital São João de Deus, com o Pró-Hosp, e firmamos convênios com a Prefeitura. Mas agora o grande desafio será o de viabilizarmos mais um hospital para atender principalmente à média complexidade. O Hospital São João de Deus tem um dos melhores atendimentos de Minas na alta complexidade, mas, para a média complexidade - aqueles casos de rotina, desde um problema pediátrico, uma pneumonia, etc. -, faltam leitos. Assim, há casos graves que poderiam ser atendidos rapidamente, mas que acabam virando situação de risco de morte. Não temos dúvidas de que, muitas vezes, vidas são ceifadas pela falta de leitos, infelizmente. Quando eu era Prefeito de Divinópolis, mais de 400 leitos do SUS eram disponibilizados na cidade. Tínhamos então três hospitais atendendo pelo SUS: o São João de Deus, o São Judas e o Santa Lúcia. Hoje a população, e não só a de Divinópolis, mas a de todo o centro-oeste - insisto em que, quando me refiro a Divinópolis, estou falando de toda a região -, cresceu, mas o número de leitos caiu para a metade, pois dois desses três hospitais deixaram de ter convênio com o SUS. Assim, hoje a situação é de calamidade.

Portanto venho trabalhando e recebi o apoio do Governador Aécio Neves e do Secretário de Saúde, com o compromisso de que, no Orçamento deste ano, uma parcela esteja reservada para enfrentarmos esse problema, construindo mais um hospital ou até adquirindo um outro, cujos aspectos, tanto de vigilância sanitária quanto de burocracia pública, sejam observados. Mas, para que agilizemos isso, em boa hora e em um ambiente de absoluta democracia, o colega Deputado Doutor Rinaldo propôs - e estamos juntos nessa proposta - a realização de uma audiência pública nesta quinta-feira em Divinópolis. Nessa audiência teremos a oportunidade de informar a população, com detalhes, sobre todo esse trabalho que estamos fazendo. Também poderemos ouvir Vereadores e lideranças para, o mais rápido possível, conseguirmos viabilizar essa

ampliação do número de leitos para atender o paciente do SUS.

Nestes últimos minutos, quero-me referir ao movimento SOS Café, do qual participei na segunda-feira passada e que mobilizou milhares de produtores rurais, comerciantes e trabalhadores em todo o Estado, de modo especial em Varginha, mas também em Oliveira, onde participei de carreata e de uma concentração na praça da matriz. O produtor pôde mostrar com clareza o absurdo que está acontecendo, uma atividade que gera milhões de empregos e que pode ser solução para a crise, com pouquíssimo investimento do governo, ou até mesmo sem este gastar nada, porque arrecada muito com a cafeicultura.

Desde a hora em que compramos o adubo, o defensivo agrícola, o combustível, é enorme o volume de impostos que vai para os cofres públicos, assim como o volume de empregos gerados também é enorme. É muito melhor ter um cidadão trabalhando e ganhando seu salário do que um dependendo do Bolsa-Família ou, pior, correndo o risco de cair na criminalidade pelo desespero de não ter o que dar aos filhos. A cafeicultura é o maior empregador em toda atividade rural em Minas Gerais. Não é só isso, pois ela contribui para o País inteiro. Quando o governo anuncia, com frequência, que o Brasil está exportando bilhões de dólares, que exporta mais do que importa, que a balança comercial brasileira está positiva, que nossa economia está forte, que nossa moeda está forte, isso se deve ao produtor rural. O café é exportado o ano inteiro, e, ao invés de diminuir com a crise mundial, a exportação de café aumentou 7% em janeiro.

No entanto, um saco de café custa para o produtor mais de R\$300,00. Não sou eu, produtor de café, nem os outros companheiros produtores que estão falando isso, mas a Embrapa, que usa dados oficiais e tem a planilha de custos. Ela sabe quanto custa um saco de café, mas, na hora de vendê-lo, para exportar ou para as torrefações, o preço vem caindo e já chegou a R\$250,00. Quanto mais se trabalha, mais prejuízo se tem. É claro que o desemprego está chegando lá. Podem falar que é por causa da crise mundial, mas não é. É por falta de políticas públicas que respeitem o produtor.

Há dois grandes aspectos. Um é o custo de produção, que subiu muito. Não precisaria custar tanto produzir um saco de café. Por que subiu? Primeiro, por causa do adubo, que é essencial, pois não se pode mais produzir sem ele. A culpa não é do comerciante do adubo que está na cidade, mas das multinacionais, meia dúzia de empresas que formam um cartel e cobram um preço absurdo pelo adubo, com lucro absurdo. O governo sabe que esse crime existe. Primeiro, como o preço do petróleo havia subido, dobraram o preço do adubo. O preço do petróleo caiu para menos da metade, mas o preço do adubo não caiu. Então, o adubo está muito caro, assim como os outros insumos.

Na outra ponta, os grandes compradores internacionais, aproveitando o desespero do produtor, que precisa pagar suas dívidas, achatam o preço. Não caiu o consumo, que aumentou no Brasil, pois se bebe mais café do que no passado; na China, onde só se bebia chá, estão bebendo café. A exportação aumentou.

Ora, se o consumo aumentou e não há superprodução, por que o preço está caindo? Porque o comprador, principalmente as grandes multinacionais, sabendo do desespero do produtor endividado, baixou os preços. Como o governo pode agir? Nas duas pontas.

Pode agir controlando o abuso do cartel, daqueles que cobram por insumos; pode agir na questão dos impostos. O preço do petróleo baixou, e o do combustível e do óleo "diesel" não baixou nem um centavo. O governo pode agir na outra ponta, estabelecendo a opção de compra, estocando um pouco de café. Não é para dar esse café de graça. Ele estoca e, quando o preço melhorar, o próprio governo vende o café no mercado internacional. O governo tem reservas, tem dinheiro para fazer isso. Não é para dar dinheiro para o produtor, não queremos dinheiro do governo. O produtor paga imposto e quer continuar pagando, mas essa é uma operação possível. Esse pedido será levado por nós ao Presidente Lula, que, espero - e já concluo, Sr. Presidente -, estará sensível a essa causa, que hoje não é só dos cafeicultores, deve ser de todos os mineiros, porque a cafeicultura é fundamental para todos nós. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, agradeço a deferência para que este Deputado possa, ainda que nos minutos restantes, pronunciar-se a respeito de uma importante mobilização que está sendo realizada e sediada pela Assembleia Legislativa: o movimento nacional e estadual dos catadores de materiais recicláveis. Hoje temos a presença de quase 1.500 catadores de materiais recicláveis, que, neste momento, estão concentrados no espaço José Aparecido de Oliveira, após percorrerem as ruas da Capital na parte da manhã. Vim aqui para apresentar um balanço dessa mobilização. Várias audiências e reuniões foram realizadas com o Ministério Público, o governo do Estado, o governo municipal e entidades religiosas com o objetivo de discutir os impactos da crise econômica sobre a dura realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis. A queda da produção industrial, principalmente, diminuiu a procura pelos materiais coletados. Essa situação foi agravada pela ação egoísta e insana de atravessadores, que, aproveitando-se dessa fragilidade, fazem um esforço imenso para maximizar seus lucros, prejudicando aqueles que hoje são parceiros da coleta seletiva, exatamente os catadores de materiais recicláveis. Estão aqui representados 67 Municípios. A situação está sendo denunciada porque é grave. Deputados e Deputadas, só o quilo do papelão, que chegou no ano passado a R\$0,54, neste ano, em Belo Horizonte, está oscilando em torno de R\$0,12. No Norte de Minas, o quilo do papelão chega a ser vendido por apenas R\$0,02. O quilo da latinha de cerveja, de Coca-Cola ou de guaraná valia R\$4,00, e hoje não se consegue um valor superior a R\$1,00, R\$1,30. Famílias que tinham uma renda de R\$500,00, R\$600,00, até R\$800,00 hoje vêem sua renda despencar para R\$200,00, R\$300,00. E, o que é pior, com uma jornada de trabalho, Deputado Carlin Moura, que chega a 16, 15, 14 horas por dia.

Quero agradecer ao Deputado Doutor Viana, nosso Vice-Presidente, que recebeu a Comissão na parte da manhã e já providenciou a entrega do documento ao Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente. Acabamos de chegar da Sedese, onde estávamos solicitando uma ação emergencial para essas famílias - mais de 3 mil famílias de catadores em Minas Gerais -, um apoio social, e também cobrando não só do Estado, das Prefeituras, do governo federal, mas de todos nós, sociedade civil, uma ação de estímulo à coleta seletiva e de valorização do trabalho dessas associações e cooperativas em todo o Estado.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que esta Casa aprovou uma lei estadual de resíduos sólidos, a Lei nº 18.031, de 2009, que estabelece que os Municípios devem priorizar a contratação dessas associações e cooperativas. Aprovamos emenda popular para diagnóstico da realidade da população de rua e dos catadores e recursos para o combate ao trabalho infantil nos lixões, para os fóruns regionais de economia solidária e para o apoio às associações e cooperativas de materiais recicláveis. São mais de R\$2.000.000,00 aprovados pela Assembleia Legislativa por meio de emendas populares. Portanto, fizemos a nossa parte - aliás, o Deputado Almir Paraca integra também o Fórum Estadual Lixo e Cidadania. É preciso um monitoramento e um acompanhamento permanentes dos efeitos dessa crise econômica sobre a realidade dos catadores de materiais recicláveis. A queda de preço é desproporcional à queda na procura. Os atravessadores estão fazendo, muitas vezes, estoque dos materiais adquiridos a um preço baixíssimo exatamente para com o reaquecimento da economia, aumentar seus lucros.

Aproveitando a audiência da TV Assembleia, gostaria de dizer que é muito importante que, em cada Município mineiro, você cobra da sua Prefeitura a implantação da coleta seletiva, a fim de que esta propicie também maior inclusão social de famílias que vivem da catção. Em Minas Gerais, ainda há 519 Municípios com lixões. Temos de acabar com eles aplicando adequadamente a política de resíduos sólidos e fazendo aterros. É necessário também educação ambiental, ensinando-se a separar o lixo em casa, nos prédios, nos locais de trabalho, e contratação dessas associações e cooperativas. É importante que o poder público assessor, técnica e financeiramente, essas associações e cooperativas, para que se organizem, tenham viabilidade no mercado e distribuam a renda auferida.

É uma honra para esta Casa receber mais de 1.300, 1.400 catadores de materiais recicláveis de todo o Estado. Parabéns ao movimento nacional, ao Fórum Estadual Lixo e Cidadania! Essa é a obrigação da Assembleia, Casa do povo, transformando hoje Belo Horizonte num exemplo nacional, pois já sabemos que o evento daqui teve repercussão na mídia nacional. Esse é um aspecto da crise que muitas vezes fica

esquecido. É muito comum banqueiros, grandes grupos econômicos, empresários e industriais baterem às portas do poder público querendo subsídio, redução de tarifa, enfim, apoio. Todavia, é nestes segmentos que nada têm a ver com a origem da crise - trabalhadores, pobres, pessoas mais humildes, aqueles que nem sonham onde fica Nova Iorque, Washington ou o centro nervoso do capitalismo mundial - que, muitas vezes, ela bate mais forte. É nossa obrigação defendê-los exatamente dos impactos nefastos de uma crise econômica que ainda não é maior no Brasil pelos acertos do governo Lula.

É necessário o monitoramento. Como membro da Comissão Extraordinária de monitoramento da crise, criada pelo Deputado Alberto Pinto Coelho, queria firmar aqui este compromisso: não pararemos na mobilização de hoje. Cobraremos das autoridades os compromissos assumidos durante as audiências realizadas hoje e acompanharemos, passo a passo, seus desdobramentos na vida destes seres humanos que, na sua ação profissional, conseguem conciliar três coisas fundamentais: respeito ambiental, qualidade de vida e geração de renda. Para nós, é um orgulho Minas Gerais sediar em nossa Capital esse encontro, esse movimento que abriga pessoas tão dignas e valorosas, as quais se deslocam de todos os cantos do Estado para defender o meio ambiente, a vida - vida em plenitude.

Parabéns para cada catador e catadora de material reciclável que se encontra presente hoje na Assembleia Legislativa, pois são exemplos de cidadania, perseverança e coragem na busca de uma vida melhor para vocês e seus filhos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, gostaríamos de iniciar nosso pronunciamento fazendo coro com as palavras do Deputado André Quintão, que me antecedeu nesta tribuna. Tenho acompanhado o seu trabalho há muitos anos, antes de ele ser Deputado, de ter sido Vereador e até mesmo de ter atuado na Prefeitura de Belo Horizonte. É preciso falar da sua dedicação e da seriedade do seu trabalho.

Quando o Deputado vem a esta tribuna mencionar, com muita clareza, como fez aqui, a situação dos catadores de materiais recicláveis, temos de nos solidarizar com ele e fazer coro com seu pronunciamento. Como ele, participamos do Fórum Estadual Lixo e Cidadania e acompanhamos, mesmo em nível nacional, o trabalho de organização e fortalecimento dessa categoria.

Além de catadores de materiais recicláveis, essas pessoas são, sem sombra de dúvida, agentes ambientais e estão sempre dando uma contribuição fantástica às comunidades onde atuam. Um exemplo concreto dessa contribuição é a reciclagem de parte substantiva do lixo das comunidades, impedindo que esses materiais acabem nos lixões ou nos aterros sanitários. Gera-se, assim, trabalho e renda, transformando-se aquilo que sobra, que é desprezado, que é jogado fora por essa nossa sociedade de consumo, em vida e oportunidades para muitos.

O Movimento Nacional dos Catadores, uma organização relativamente nova no cenário das organizações dos trabalhadores do nosso país, vem destacando-se e notabilizando-se pela capacidade de atuar, como está fazendo hoje, em Belo Horizonte, interferindo e auxiliando na construção ou na reorientação de políticas públicas que dizem respeito não exclusivamente aos interesses imediatos e diretos da categoria, mas a um interesse que alcança o conjunto da população, que alcança toda a comunidade, por se tratar de um serviço público, de um serviço de natureza ambiental, que alcança todas as pessoas que residem nas pequenas, médias e grandes cidades do Brasil.

Portanto, Deputado André Quintão, queremos parabenizá-lo. Na nossa bancada, você é o principal articulador desse processo. Temos feito um trabalho de acompanhamento, e Minas Gerais é um exemplo. Também queremos fazer menção ao trabalho da Asmare, essa cooperativa de catadores, com sede em Belo Horizonte, que hoje, na verdade, articula uma rede de cooperativas de catadores na Grande BH. Entre outras boas iniciativas, também gera uma indústria que processa o plástico da catação da Grande BH.

Trata-se de um trabalho do qual tivemos a oportunidade de participar e que vem transformando-se numa boa referência da Economia Solidária, demonstrando que, quando há atuação articulada de entes federados, com a união do governo federal - por meio dos seus ministérios, dos seus órgãos -, do poder estadual e dos Poderes Executivos Municipais, é possível construir propostas como essa. Há pouco tempo, era inimaginável que uma rede de cooperativas de catadores pudesse ser a proprietária e a gestora de uma indústria de transformação do plástico criada para reciclar esse material e reinseri-lo na cadeia produtiva. Belo Horizonte, hoje, é um exemplo de sucesso.

Na pessoa do Luiz e na do Cido, cumprimentamos todos os catadores que hoje estão em Belo Horizonte, nesse esforço de sensibilização, expondo as suas reivindicações, todas muito justas, necessárias, de apoio, de encaminhamento para que esse trabalho fundamental para nossa sociedade, que tem um componente ambiental muito profundo, possa continuar e ser aperfeiçoado.

Nobre Deputado Carlin Moura, que neste momento ocupa a Presidência da nossa reunião, acabamos de receber em nosso gabinete a revista do Sind-UTE. Ontem fizemos a reunião das nossas Bancadas, PT e PCdoB, e recebemos a diretoria do referido Sindicato. Gostaríamos de apresentar - não sei se alguém já o fez - nesta revista que está chegando às mãos de cada um dos parlamentares desta Casa. Trata-se de uma publicação especial relativa aos 30 anos de luta do Sind-UTE, com o título "Radiografia da educação mineira".

Infelizmente, ao contrário do que vem sendo divulgado pelos informes oficiais do governo do Estado, o que essa revista traz é um quadro que merece muito cuidado e muita atenção: escolas mal aparelhadas, rede física precisando de reforma, de socorro, falta de infra-estrutura mínima em muitas delas, convivendo com escolas-referência que se estão transformando em verdadeiras ilhas de excelência, num quadro não tão agradável no que diz respeito à promoção de educação de qualidade para o povo de Minas Gerais. Acabei de recebê-la, Deputado Carlin Moura. Vamos examiná-la com mais cuidado e voltaremos a esse tema, porque são muitas e muitas reivindicações dos educadores de Minas Gerais. Estamos às voltas com a discussão do Plano Decenal de Educação, no Estado. O momento é oportuno para que reunamos todos os profissionais da educação do Estado, por meio dos seus representantes, daqueles que, em nome de cada escola, de cada comunidade, levam o posicionamento, as reivindicações para as diversas plenárias de discussão do referido Plano, que acontecerão até o próximo mês em várias cidades do interior de Minas. Esse debate já foi iniciado nesta Casa e continuará, pois a Assembleia vem-se notabilizando por essa capacidade de diálogo com a sociedade.

Sem uma educação de qualidade não é possível pensar numa cidadania efetiva. Portanto, a oportunidade está colocada para que o povo de Minas Gerais, por meio da discussão do Plano Decenal promovida pela Assembleia, possa manifestar-se e orientar, efetivamente, a política educacional no Estado.

Por falar em educação, Deputado Sebastião Helvécio, que é também um baluarte na defesa dos interesses do povo de Minas, gostaríamos de fazer aqui um convite para uma audiência pública que será realizada às 14h30min, amanhã, na Comissão de Participação Popular. Essa audiência foi solicitada pelo Deputado Ademir Lucas e vem ao encontro de um trabalho que estamos desenvolvendo desde quando assumi este mandato, há dois anos. O tema diz respeito à Fundação Caio Martins, com suas seis unidades, que estava até o final do ano passado num quadro de completo abandono. Era um caso prontinho para virar um grande escândalo, se alguém quisesse fazê-lo. Mas nós, por outro lado, fizemos um trabalho de convencimento, de sensibilização das lideranças do governo do Estado envolvidas com a referida Fundação. Atuamos diretamente junto às comunidades locais, às Prefeituras, aos Municípios, aos Promotores e Juizes. Numa medida extremada e de urgência, fizemos campanhas de arrecadação de roupas, sapatos e cobertores para atender algumas unidades da Caio Martins. Veja o senhor, uma unidade pública do Estado está-se submetendo a ações dessa natureza porque o governo não estava atuando como devia para garantir o funcionamento pleno dessa entidade, que tem 60 anos e já foi, em muitas ocasiões, referência de qualidade em educação, em Minas Gerais.

Portanto, convidamos todos os ex-alunos da Fundação Caio Martins, milhares em todo o Estado, seus funcionários e servidores, aposentados ou na ativa, para virem aqui, amanhã. Esperamos que se aproximem neste momento. O atual Presidente da Fundação, o Sr. Cloves Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Esportes e da Juventude, está fazendo um trabalho belíssimo, desde que tomou posse, no final do ano passado, resgatando efetivamente a Fundação Caio Martins. O governo do Estado está fazendo o que deveria ter feito, ou seja, articulando ações e programas para o público de jovens e crianças em situação de risco. Amanhã, o Dr. Cloves Benevides apresentará um diagnóstico da real situação da Fundação e anunciará as medidas já tomadas, como a quase duplicação de seu orçamento de 2008, além de outras medidas emergenciais que melhoraram as condições de funcionamento dessa entidade e estão sendo articuladas para transformá-la novamente em referência do Estado no que diz respeito ao atendimento a jovens, adolescentes e crianças em situação de risco social. Deixamos, então, o nosso convite para, amanhã, às 14h30min, todos participarem da audiência pública da Comissão de Participação Popular, em que o Dr. Cloves Benevides fará um balanço e apresentará o trabalho que vem sendo desenvolvido e continuará sendo durante todo ano de 2009, para resgatar a Fundação.

Ainda na área da educação, Deputado Carlin Moura, que preside a sessão, gostaríamos de fazer menção à expansão da rede de escolas técnicas federais do Brasil - antes as chamávamos Cefets, e agora são Ifets. Ando muito contente porque participamos diretamente da discussão e da articulação, nas audiências públicas, para a implantação de duas delas: a de Paracatu e a de Arinos, cuja construção temos acompanhado. Todas as duas obras já estão em fase adiantada, com inauguração prevista para agosto - a de Arinos - e para o final do ano - a de Paracatu -, com a previsão de início do ensino superior de agronomia. Nas duas cidades, estamos contando com a presença do Presidente Lula, que tem participado das inaugurações dos Ifets. Esperamos que ele vá, pela primeira vez, ao Noroeste de Minas Gerais e visite Arinos, inaugurando seu Ifet, que é ligado a Januária, e Paracatu, inaugurando seu Ifet, ligado a Uberaba.

A rede de escolas técnicas federais que se iniciou em 1909 por iniciativa do Presidente Nilo Peçanha e até 2002 tinha 140 unidades construídas alcançará 2010 com mais de 200 novas escolas, perfazendo o número de 354. Quase dobramos, nesse curto espaço de tempo, a oferta de ensino técnico profissionalizante.

No final de 2010, esse conjunto de 354 unidades oferecerá 500 mil matrículas para a nossa juventude, que deseja dominar uma profissão e ter uma vida digna junto à sua família. É preciso ainda falar do Programa Reuni; as vagas nas universidades públicas federais praticamente duplicaram. E há o Programa Universidade para Todos - ProUni -, que, desde 2004 até hoje, vem atendendo 430 mil estudantes, 70% desses com bolsa integral. São ações que demonstram o carinho e o cuidado do Presidente Lula, com a oferta de uma educação de qualidade para as nossas crianças, os nossos jovens, a juventude universitária.

Para concluir, Sr. Presidente, mencionarei a distribuição de 103 milhões de livros didáticos, numa logística muito complexa, que se tornou referência mundial pela capacidade, pela rapidez e pela eficiência com que esses livros foram distribuídos. Esses 103 milhões de livros chegaram a 140 mil escolas públicas brasileiras. Trata-se de uma ação de excelência do Ministério da Educação que se transformou, ao lado da ação de excelência da logística dos Correios, numa ação que mereceu um prêmio internacional, o Oscar internacional da logística.

Encerramos com o convite para a audiência pública de amanhã, às 14h30min, na Comissão de Participação Popular, para debatermos e recebermos, por parte do Dr. Cloves Benevides, informações precisas desse novo momento da Fundação Caio Martins em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Nobre Deputado Almir Paraca, lembro que uma das etapas do fórum sobre o Plano Decenal de Educação será realizada na nossa querida Paracatu, onde teremos oportunidade de continuar o debate sobre educação.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Inácio Franco

nomeando Sérgio Gustavo Monteiro Macedo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ruy Muniz

exonerando Warley Acipreste do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Marlene Ferreira Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Antonio Ronaldo Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Regilania Ernestina Venturato para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Sebastião Tadeu de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando João Neves de Medeiros para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Almir Paraca Cristovão Cardoso, matrícula 7753-4, no período de 9 a 11/3/2009.

Mesa da Assembleia, 18 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2008

Objeto: reforma de mobiliário.

Pregoante vencedor: Criaflex – Indústria & Comércio de Móveis Ltda.

Belo Horizonte, 24 de março de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2009

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 13/4/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento e a instalação de tábua de piso e luminárias.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 24 de março de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cottar Manutenções Ltda. Objeto: prestação de serviços de instalações, consertos, reparações e manutenções prediais nas dependências do Palácio da Inconfidência, Edifício Tiradentes e seus anexos. Objeto do aditamento: aumento do preço contratual em razão do aumento salarial da categoria em 5,9% (Convenção Coletiva de 2008/2009). Vigência: a partir de maio/2008, considerando-se os efeitos da convenção coletiva de trabalho aplicável. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009 (3.3.90.39).

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria epígrafe verificada na edição de 24/3/2009, na pág. 42, col. 3, onde se lê:

"Maria Cristina Lara Cardozo", leia-se:

"Marcia Cristina Lara Cardozo".